

A Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e as questões políticas e sociais entre 1962 a 1964.

Márcio Ananias Ferreira Vilela*

Analisando uma série de escritos, principalmente de artigos publicados nas mais variadas revistas e periódicos das ciências humanas no Brasil, o presente texto procura produzir/discutir como as instituições religiosas, protestantes¹ e católica se comportaram frente às questões políticas e sociais entre 1962 a 1964. Ao mesmo tempo, estaremos desenvolvendo uma preocupação maior ao que tange as Igrejas evangélicas, em particular, a Igreja Presbiteriana do Brasil. Ou seja, quais os conflitos e embates presentes na IPB frente a tais questões neste espaço temporal.

Desde já é importante lembrar que para além de possíveis embates teóricos e historiográficos presentes nos artigos aqui analisados, tais autores elaboram questões pertinentes a temática proposta. Divergências que você leitor poderá localizar na minha própria escrita, seja na concepção de história ou sobre a própria temática. Portanto, estes escritos/artigos nos ajudam a construir uma problemática, apontam questões, ou seja, estão pensando a complexidade desse período e as ações que envolvem algumas instituições religiosas na América Latina e no Brasil.

Entendemos que este recorte temporal justifica-se muito mais em função de uma complexidade de acasos de forças que ultrapassam essa temporalidade. Não se trata de uma origem e um fim, ou a passagem de um estado ao outro, de um período ao seguinte. Nesse sentido, Henri Bergson nos ajuda a pensar que muito mais do que uma ruptura dentro de um estado de coisas, entendemos que existe sim, uma intensificação e/ou continuidade de um processo que é anterior e posterior aos limites aqui estabelecidos.

*Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE. Bolsista FACEPE.

¹ É importante ressaltar que o uso do termo instituição protestante utilizado ao longo deste trabalho, é entendido aqui como um conjunto de grupos evangélicos que se estabelecem no Brasil durante o século XIX, proveniente do trabalho de missionários europeus e norte-americanos no Brasil. Proveniente deste trabalho missionário, destacamos principalmente os batistas, metodistas, presbiterianos, luteranos.

Para este autor, “se por um lado, o estado que ‘continua o mesmo’ é mais variado do que achamos que seja, a passagem de um estado ao outro, pelo contrário, parece-se mais do que imaginamos com um mesmo estado que se prolonga; a transição é contínua” (BERGSON, 2006: 01-03). Na verdade, o que pretendemos pensar é o “entre”, para citar Deleuze em sua obra *Conversações* (DELEUZE, 1992: 151). Uma espécie de sinfonia onde as mudanças não passam de alterações sonoras. Alterações que, muitas vezes, acreditamos serem rupturas, mas muito mais em função de distorções sensíveis a nossa audição.

Nesse sentido, entre idas e vindas e conflitos internos que possivelmente tenham permeado a Igreja Presbiteriana, que acasos, que forças fizeram esta instituição direcionar, e mais ainda, intensificar sua participação e/ou atuação nas questões políticas e sociais? Ao mesmo tempo, o que provocou dentro desta instituição outras configurações, como o progressivo apoio aos militares. Aproximação com os militares que a partir de 1962 vai pouco a pouco tomando corpo. Mas para tratar e responder a tais questionamentos, a fragmentação do tempo e da temática é fundamental.

Seguindo nessa perspectiva, acreditamos que pensar a referência temporal (tempo/espço) em sua complexidade, nos remete a Walter Benjamin ao narrar a Paris do século XIX numa *abreviatura monadológica*. Ou seja, o fragmento deve ter relações/ressonâncias entre as partes, no entanto, cada fragmento tem que dar conta de toda uma problemática. Ele não é parte de um todo, mas é capaz de iluminar um canto do mundo (BOLLI, 2006: 1141-1167). É nessa dimensão que buscamos lidar com o fragmento temático e temporal, tentando iluminar, fazer saltar no presente, as ações, principalmente, da IPB. De maneira sucinta, o nosso interesse não é trazer respostas, é muito mais elaborar questionamentos. Trazer para a história o debate acerca de algumas ações agenciadas por essas instituições religiosas.

Um diálogo possível entre instituições religiosas

É importante ressaltar que a Igreja Presbiteriana do Brasil não atua de modo isolado em relação a outras denominações evangélicas e católica². Nem mesmo sua ação acontece de maneira homogeneia, em bloco, no que tange ao envolvimento social e ao papel que a IPB deveria assumir na sociedade. Esse é um momento onde é possível observarmos outras Igrejas protestantes (Metodistas, Luteranas e Batistas) interagindo política e socialmente (SILVA, 1996: 129-142). Ao mesmo tempo, temos também parte significativa da Igreja Católica comprometendo-se com uma posição ativa frente às questões sociais e políticas no Brasil e na América Latina (LOWY, 2007). Para além desse envolvimento acima mencionado por parte da IPB como grupo civil, tentaremos problematizar algumas outras questões. Como o apoio dessa instituição ao golpe militar e civil de 1964. Interação/apoio que em muito se aproxima daquela realizada por grupos da Igreja Católica e da CNBB aos militares.

Ao mesmo tempo, no nosso entendimento, esse movimento por parte da IPB e das demais Igrejas no Brasil – seja no seu envolvimento político-social, ou em relação aqueles que defendiam a não participação ativa da instituição nesses assuntos – apresenta-se de maneira ainda mais complexa. Isso porque como veremos a seguir, inúmeros fios se apresentam compondo essa complexa teia de relações. Um exemplo do que estamos salientando, é o fato de que não poderemos desvincular essas instituições religiosas de dois importantes aspectos que permeiam os embates políticos no Brasil nesse momento: conservação do *status quo* e o processo de mudanças socioeconômicas e políticas (PORFÍRIO, 2009)³. Assim, não sendo a IPB uma ilha, um corpo estranho,

² É importante ressaltar que o uso do termo *instituições protestantes* utilizado ao longo deste trabalho, é entendido aqui como um conjunto de grupos evangélicos que se estabelecem no Brasil durante o século XIX, proveniente do trabalho de missionários europeus e norte-americanos no Brasil. Proveniente deste trabalho missionário, destacamos principalmente os batistas, metodistas, presbiterianos, luteranos.

³ Podemos afirmar que este é um período em que a historiografia já tem procurado analisar os conflitos provocados por segmentos políticos e sociais (latifundiários e parte da Igreja Católica, entre outros) contrários as mudanças significativas no Brasil, como a reforma agrária. Conflitos este que é intensificado, principalmente, quando da elaboração das Reformas de Base no governo João Goulart em 1963.

algo que se encontra fora da sociedade, ela se relaciona e interage de maneira intensa com esses conflitos. Para tanto, é preciso visualizar a Igreja Presbiteriana não apenas como uma instituição religiosa, mas em sua dimensão política e atuação em relação ao Estado.

A Igreja Católica e a IPB frente às questões sociais e políticas

É preciso esclarecer mais uma vez que essa engrenagem, essa complexidade que envolve as instituições religiosas apresentadas ao longo deste texto, em grande medida foi tratada de diferentes maneiras em algumas obras e artigos das mais variadas disciplinas: ciências da religião, sociologia, história, para citar algumas. São escritos capazes de lançar questões e que permitem que delas nos apropriássemos. Questões que em muito nos ajudam a pensar a nossa temática. Assim, procuramos captar aquilo que entendemos como importante para construir esta problemática e para sugerir também alguns direcionamentos, algumas trilhas possíveis.

A apropriação dessas leituras nos permite, inicialmente, arriscar um trabalho de construção de algumas compreensões, inacabadas por certo, sobre o período e a temática. Podemos assim afirmar que a metamorfose que as instituições religiosas (Católica e Protestantes) estão vivenciando de maneira mais intensa, sobretudo a partir da década de 1960, não se processa em bloco. Ou seja, não podemos homogeneizar. Existem mudanças, mas também resistências. É importante ressaltar que o termo resistência não significa para nós uma não mudança. O que se apresenta para nós é semelhante à passagem por um rio. Seu leito não é uniforme, há depressões muitas vezes acentuadas. Sua correnteza não necessariamente segue seu curso em direção a foz. Em determinado momentos, suas águas nos projeta para a superfície, em outros instantes para o fundo. Fazer esta travessia de maneira um pouco mais segura é conhecer a sua regularidade, que é a não regularidade. Esse rio é fluido, suas margens são constantemente recortadas, refeitas pela força das águas. Há pontos em que este

contato é mais forte, em todo caso, existe mistura, sedimentos. Ora são levados das margens para seu leito, ora são transportados do leito para as margens. O trabalho e o contato são contínuos. Nesse sentido, pensamos ser impossível desvincular as ações e as relações que estas instituições religiosas engendraram no Brasil do que ocorre em outras partes do continente, sobretudo do restante da América Latina.

Esse é um momento de intensificação da Guerra Fria; Revolução Cubana; expansão do marxismo; Vaticano II (1962-65); do trabalho realizado pelos grupos católicos ligados ao Cristianismo da Libertação; Conferência-Geral do Episcopado Latino Americano, realizado em Medellín na Colômbia em 1968; a CEB (Confederação Evangélica do Brasil), onde inúmeras instituições protestantes atuavam, em grande medida, nos assuntos políticos e sociais e na divulgação de uma perspectiva teológica protestante de cunho social; as Reformas de Bases no Brasil; os conflitos no campo em Pernambuco e no Nordeste, e o medo de um possível processo revolucionário de esquerda que pudesse trazer mudanças e desestabilizar a já tumultuada configuração política do Brasil. Era, portanto, preciso manter a ordem, conservar o *status quo* da elite nacional, evitar o comunismo, anunciado pela imprensa ligada aos grupos de direita e conservadores como uma doutrina que negava a fé cristã. Discurso que também era propagado na maioria das igrejas evangélicas, como a IPB⁴.

Trata-se mesmo de uma configuração extensa, variável e complexa de forças. Mas podemos, sim, tentar elaborar um entendimento pensando em alguns desses aspectos. Para isso, torna-se importante adentrarmos de maneira mais precisa numa parte significativa da literatura produzida sobre a temática. Esses autores poderão explicar e/ou dizer melhor o que tentamos até o momento introduzir neste tópico. Em artigo intitulado *Medellín e Puebla: epicentro do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina*, o historiador Lucelmo Lacerda trata, entre outros aspectos, da Conferência-Geral do Episcopado Latino Americano - CGELA, levando em

⁴ Não podemos usar o termo “*manter a ordem*”, como algo que projeta uma não mudança. Isso era um discurso de alguns grupos. Discurso que foi se constituindo numa outra ordem. Um discurso que envolvia medo, o perigo, dentro de uma racionalidade de manutenção do *status quo*.

consideração os avanços, as transformações ocorridas na Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965). Para ele, o Vaticano II

corroborou e ampliou perspectivas relativas à reforma litúrgica, da relação da Igreja com o mundo, entre outras inovações, incorporando um conjunto de demandas consideradas avançadas e parte de seus documentos finais foi considerada bastante progressista (BRITO, 2010: 82).

Este Concílio também teria possibilitado outros avanços importantes, como a abertura para a utilização das ciências sociais como instrumento de mediação e leitura do mundo. O Vaticano II, representa assim os anseios de um grupo de teólogos progressistas latino-americanos que já vinha pensando uma teologia e uma pastoral que se aproximasse do povo e dos seus problemas, especialmente os pobres do continente americano. Terminado este Concílio em 1965, já em 1968 foi realizado a II Conferência-Geral do Episcopado Latino Americano que ocorreu em Medellín, Colômbia. Como objetivo maior de “*ser uma tradução do Concílio Vaticano II para a América Latina*”. Preocupação que se reflete no próprio título do encontro: *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Nesse sentido, a Conferência foi conduzida e/ou dominada por teólogos de tendências progressistas, e afinados com a discussão e com a interpretação do Vaticano II. Para o autor, o CGELA fez assim em Medellín uma pergunta-chave: “Como ser cristão num continente de empobrecidos?” (BRITO, 2010: 82). Esta pergunta nos parece emblemática, ela nos remete a força que os progressistas impuseram em Medellín. Domínio que se observa também na produção do documento final: “ao invés de partir da dogmática para fazer um documento abstrato, doutrinário, optou-se pelo método da Ação Católica, o Ver-Julgat-Agir, que partia da realidade para julgá-la aos olhos da fé e atuar nela a partir desse julgamento” (BRITO, 2010: 83).

O autor analisa também um intenso debate que se apresenta constantemente entre os estudiosos dessa temática. Trata-se de defender se em Medellín a Teologia da Libertação teria vindo a público, explicitando assim um processo já existente, ou se teria

surgido após este encontro. Mas para além dessa querela, Lucelmo faz a seguinte colocação:

o mais importante, nos parece, a partir de Medellín, é a interpretação que se dará ao seu documento. Nesse sentido o importante é lembrar que os teólogos da libertação, as CEBs e o conjunto dos militantes do Cristianismo de Libertação ganharam projeção com o aprofundamento dessa Igreja progressiva (BRITO, 2010: 84).

Lucelmo Brito acaba por suscitar outra problemática importante para entendermos este período no Brasil e na América Latina: O Cristianismo da libertação. Mesmo tratando desse aspecto em seu artigo, recorreremos aqui mais uma vez a Michael de Lowy. Em artigo intitulado “O catolicismo latino-americano radicalizado”, nos oferece a seguinte compreensão

ao insistir que a teologia da libertação é reflexo de e reflexão sobre uma práxis preexistente. Mas exatamente, ela é a expressão – enquanto sistema coerente de valores e idéias – de todo um movimento social que atravessa a Igreja e a sociedade, a que se poderia chamar Igreja dos pobres ou cristianismo da Libertação (LOWY, 1982: 58).

O Cristianismo da Libertação é um movimento social/religioso que toma força na década de 1960, ou seja, anterior aos escritos da teologia da libertação que começa a ser elaborada no início da década 1970. Afirma Lowy que a teologia da libertação teria mesmo contribuído de maneira inquestionável para a legitimação e desenvolvimento desse movimento, que é o Cristianismo da Libertação, para a América Latina como um todo.

Acreditamos ser importante citar um longo texto presente no artigo de Michael Lowy. Sua escrita sintetizar uma compreensão sobre a constituição do Cristianismo da Libertação na América Latina. Assim,

parece-me que a abordagem mais eficaz para dar conta do aparecimento na América Latina do movimento social cristianismo da libertação e de sua expressão teológica é aquela que parte da articulação ou convergência entre a mudança interna e externa na Igreja católica em fins dos anos 50. A mudança interna diz respeito ao conjunto de Igreja católica: é o

desenvolvimento, desde a Segunda Guerra Mundial, de novas correntes teológicas (Bultmann, Metz, Rahner, Congar), de novas formas de cristianismo social (os padres operários, a economia humanista do Padre Lebreton), de uma abertura crescente para as interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais. O pontificado de João XXIII e o Concílio Vaticano II vão legitimar e sistematizar essas orientações, contribuindo assim o ponto de partida para uma nova época da História da Igreja. No momento mesmo, desenvolve-se na América Latina uma profunda mudança social: a industrialização do continente, a partir dos anos 50 (sob o impulso do capital multinacional), vai desenvolver o subdesenvolvimento (segundo a conhecida fórmula de André Gunder-frank), isto é, agravar a dependência, aprofundar as contradições sociais, estimular o êxodo rural e o crescimento das cidades, concentrando em zonas urbanas um intenso pobretariado. Com a revolução cubana de 1959, abre-se na América Latina um período de histórico novo, caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento dos movimentos de guerrilha, a sucessão dos golpes militares e a crise de legitimidade do sistema político. É a constelação desses dois tipos de mudanças que criará as condições de possibilidade para a emergência da nova Igreja dos pobres, cujas origens são anteriores ao vaticano II (LOWY, 1982: 58-59).

Ainda segundo Lowy esse movimento social/religioso envolveu uma ampla frente de setores significativos da Igreja, como padres, ordens religiosas e bispos. Envolveu também movimentos religiosos laicos como a Ação Católica, Juventude Universitária Católica, pastorais e as comunidades eclesiais de base (CEBs), entre outras organizações populares. Podemos assim, acrescentar a observação que Lowy apresenta no seu livro *A guerra dos deuses*.

Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/religioso como teologia da libertação, porém, como o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de Igreja dos Pobres, mas, uma vez mais, essa rede social vai bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Proponho chamá-lo de cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que teologia ou Igreja e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática (LOWY, 1982: 57).

Observa o autor que no Brasil, esse movimento se estruturou e assumiu um papel importante na sociedade, seja combatendo a desigualdade social ou mesmo a ditadura militar. Ao mesmo tempo, afirma que este movimento não pode ser pensado como algo que envolveu toda a Igreja Católica. Na América Latina e no Brasil, parte da

Igreja Católica ligados a setores mais conservadores reagia em grande medida a essa nova maneira de pensar a atuação da Igreja e a utilização do Evangelho. De um evangelho que procura promover mudanças sociais, um evangelho que entendia os pobres como agente de sua própria transformação. A Igreja teria o dever de participar ativamente dessa transformação.

A participação ativa nessa transformação é apresentada por Michael de Lowy como algo que abrange outros grupos religiosos. Paralelamente ao cristianismo da libertação presente na Igreja Católica, o autor trata da existência do Cristianismo da libertação protestante na América Latina. Afirma em seu livro “A guerra dos deuses”, que nas décadas de 60 e 70 teria o mesmo se desenvolvido, e que muitas vezes é associado, em suas várias formas, ao seu cristianismo da libertação católico. Portanto, “suas raízes podem ser encontradas na cultura religiosa das chamadas denominações protestantes históricas, tais como luteranos, presbiterianos e metodistas” (LOWY, 1982: 176). Para o autor, existem muitos pontos de contatos, aproximações várias, e diferenças, diferenças entre o cristianismo da libertação no meio católico e protestante. Um desses pontos de aproximação e distanciamento é exemplificado pelo fato de existirem alguns aspectos da teologia da libertação que, embora presente no meio católico sua origem é protestante, como as referências constantes ao Antigo Testamento, a leitura comunitária da Bíblia, a ênfase na comunidade local em oposição à hierarquia eclesiástica. São alguns pontos pensados pelo autor que nos leva a pensar na complexidade que envolve segmentos católicos e protestantes no que tange suas relações com a sociedade neste período.

Para o autor, no Brasil, o surgimento do cristianismo da libertação protestante está vinculado ao papel desempenhado por dois teólogos presbiterianos: Richard Shaull e Rubem Alves. Esclarece que Richard Shaull era um missionário norte-americano que viveu no Brasil entre anos de 1952 e 1964. Atuou como professor do Seminário Teológico de Campinas e trabalhou na UCEB, União Cristã de Estudantes Brasileiros⁵.

⁵ Para uma leitura inicial sobre Richard Shaull e sua trajetória pela América Latina, assim como, para entender um pouco sobre a sua produção intelectual e seu pensamento teológico, ver JÚNIOR, Arnaldo

Dentre as várias obras produzidas, destaca-se *Cristianismo e revolução social* que se tornou referência para um importante segmento religioso protestante. Nessa obra,

estimulou os estudantes a se envolverem na luta por uma sociedade mais justa e igualitária ('como alternativa tanto para o capitalismo como para o comunismo') e, em 1962, ajudou a organizar, em Recife, uma conferência de protestantes progressistas (o Departamento para a Responsabilidade Social da Confederação Evangélica Brasileira) sobre 'Cristo e o processo revolucionário brasileiro' (LOWY, 1982: 178).

Afirma Lowy que o seu posicionamento e disposição para trabalhar numa espécie de aliança fraternal com católicos progressistas, como os dominicanos de São Paulo, e os marxistas, desagradou em grande medida a parte da liderança da Igreja Presbiteriana do Brasil, quando por fim, em 1964 é obrigado a deixar país. Um dos seus alunos no Seminário Teológico de Campinas foi Rubem Alves, que posteriormente realizou seu doutorado na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. E publicou em 1968 sua tese intitulada *Em busca de uma teologia da libertação*. Para Lowy, mesmo com algumas ressalvas, trata-se da primeira obra sobre a teologia da libertação na América Latina. Assim, a obra de Rubem Alves encontra-se

inspirada principalmente pela teologia protestante progressiva na Europa (Bultmann, Moltmann, Bonhoeffer), Alves reivindica um humanismo político, uma consciência cristã dedicada à libertação histórica dos seres humanos e uma teologia que fala o idioma da liberdade, como uma linguagem histórica e radicalmente profética (LOWY, 1982: 179).

Essa participação/envolvimento da IPB em questões sociais foi narrado em entrevista, concedida a revista *Ultimato* em 2006 pelo sociólogo presbiteriano Waldo César, que durante o período de 1962 a 1964 era secretário executivo do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da extinta Confederação Evangélica do Brasil (CEB)⁶. Afirma que

Érico Huff. *Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano II, n. 04, Mai. 2009.

⁶ A Igreja Presbiteriana do Brasil fazia parte das seis denominações que integrava a CEB, fundada desde 1934.

com o apoio teológico de Richard Shaull, foi criada, em 1955, a Comissão de Igreja e Sociedade, constituída por líderes de várias igrejas. Inicialmente autônoma, um ano depois foi incorporada à CEB, transformando-se no Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Não foi fácil conciliar idéias novas, até certo ponto revolucionárias, para as igrejas membros da CEB; porém conseguimos, nos dez anos de existência do Setor, realizar quatro consultas nacionais, cuja evolução indica a trajetória de compromisso e envolvimento com a realidade brasileira... E em 1962, ano de muitos tumultos sociais e preparação do golpe militar, realizamos a quarta consulta, em Recife, PE, área de grandes conflitos, sob o tema 'Cristo e o processo revolucionário brasileiro'. Esta ficou conhecida como a Conferência do Nordeste (CESAR, 2007: 51-52).

Aqui o autor entende que o ano de 1962 ocorreu à preparação para o golpe de 1964. Ou seja, o golpe teria sido definido e preparado anteriormente, em 1962. Era algo previsto. Um futuro presente, uma espécie de história previsível, teleológica, que daria conta do futuro.

Esta participação da IPB nos debates sobre a política nacional e as questões de cunho social parece em alguns momentos ultrapassar as fronteiras institucionais. Isoladamente, mas apresentando-se como algo já bastante comum, é possível encontrarmos alguns pastores e membros da IPB tendo uma participação ativa em organizações como as Ligas Camponesas⁷. Essas ações foram citadas pelo líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião. Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas em 1982, afirma que

havia outros, como João Pedro Teixeira, que foi d Sapé. Era um pastor protestante, com muita vocação para trabalhar com os camponeses... Eu os convoquei... eles pregavam a Sagrada Escritura, em geral o Velho Testamento, que é muito bom para isso. Para o problema camponês, os profetas são melhores do que os apóstolos, estão muito mais ligados a terra, são mais radicais, mas conseqüentes na luta pela terra... Muitos presidentes de ligas foram realmente pastores protestantes⁸.

⁷ Sobre a liberdade de religião e a atuação de evangélicos no campo ver DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, pp. 571-575.

⁸ Entrevista de Francisco Julião ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1982, pp. 97-98. Ver Também sobre a presença de pastores

Francisco Julião menciona a participação de inúmeros pastores protestantes atuando diretamente nas Ligas Camponesas, sobretudo como presidentes e secretários. Cita João Teixeira, que era presbiteriano, e que foi assassinado por sua atuação política.

É importante destacar, que todo esse envolvimento por parte da IPB e de seus pastores e membros em assuntos sociais e políticos enfrentavam resistências e duras críticas. Não havia uniformidade de pensamento e de ações. É possível, pois localizar inúmeros conflitos. Para construirmos um melhor entendimento sobre essa problemática, não podemos perder de vista alguns aspectos presentes naquela instituição, pelo menos naquele momento. Ora, representando um dos maiores segmentos de evangélicos no Brasil, a IPB até o final da década de 1970 era reconhecida como uma Igreja inserida na classe média e alta, sobretudo dos centros urbanos. Desde a sua organização como Igreja, em 1859, construiu seu corpo doutrinário fundamentado nos escritos de João Calvino, principalmente nas Institutas (CALVINO, 2006). Porém, um dos aspectos conflitantes para a IPB delineado por Calvino, versa sobre a participação dos fiéis no exercício político e na ocupação dos cargos eletivos. Calvino legitima a participação dos cristãos na política como uma atividade justa e digna. Sobre este aspecto verifica-se uma acentuada divergência e conflito no interior da IPB ao longo da sua trajetória. Segundo o teólogo Rubem Alves, o presbiterianismo no Brasil sempre procurou se opor e se diferenciar do catolicismo. Nesse sentido, tendo em vista a inserção histórica da Igreja Católica nos assuntos político do país, a Igreja Presbiteriana do Brasil, em oposição, manteve-se afastada da política (ALVES, 1982). Há, portanto, pelo menos até o início da década de 1960, no sentido de inibir a participação dos membros desta instituição na vida política e partidária do país. Para Paul Freston, a participação dos protestantes no Congresso, durante a República, sobretudo antes da década de 1950, era bastante reduzida, “e o pleno efeito sobre a participação política protestante não se fará sentir até 1986” (FRESTON, 1994: 17-38). Essa posição foi

protestantes nas Ligas Camponesas a entrevista de Francisco Julião ao Pasquim, intitulada *Um pau-de-arara no exilo*.

sendo reforçada por uma teologia que – segundo o teólogo Rubem Alves – procura estimular incessantemente certa passividade para com as questões políticas e em relação às posições e condições sociais do grupo e da sociedade em sua totalidade (MATTOS, 1965).

Analisando o órgão de imprensa oficial da Igreja, o jornal Brasil Presbiteriano, essa posição teológica foi crescentemente combatida na década de 1950 e início da década de 1960. Influenciados pela teologia do Evangelho Social formulado por teólogos europeus e estadunidenses - que já na década de 1940 estavam repensando o papel das Igrejas evangélicas na sociedade - setores significativos da IPB chamam a atenção para a responsabilidade social da Igreja, tendo em vista as rápidas transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passava o Brasil (MATTOS, 1965).

Este grupo, desejoso por mudanças de comportamento da Igreja consegue aprovar na XXV reunião ordinária do Supremo Concílio de 1962, realizado na cidade do Rio de Janeiro, a resolução nº 200 intitulada de Pronunciamento Social da Igreja.

Dentre as várias diretrizes, que de um modo geral enfatizava uma Igreja social e politicamente responsável, este pronunciamento de 1962 incentivava “seus membros a assumirem uma cidadania responsável, como testemunha de Cristo, nos Sindicatos, nos Partidos, nos Diretórios Acadêmicos, nas Fabricas...” (DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970).

Para uma parte significativa da historiografia, estavam demarcados os territórios entre os que acreditavam que a Igreja precisava assumir um compromisso político e social, e aqueles que afirmavam que a responsabilidade política e social é função do Estado, e que o papel fundamental da Igreja seria garantir a salvação eterna, princípio de toda a transformação social, política e econômica da sociedade (NOGUEIRA, 1965).

É, portanto, no jornal Brasil Presbiteriano, que os embates tomam forma de agressões mútuas, principalmente no início da década de 1960. Este ambiente de tensão foi apresentado pelo redator-chefe deste jornal, Domício P. Mattos, ao afirmar que: “de um lado, os conservadores extremados, defensores das velhas tradições, inimigos de

qualquer renovação... ; de outro, os também extremados que ameaçam derrubar tudo, anular o passado e começa de novo...” (BRASIL PRESBITERIANO, MARÇO, 1962: 05). Este extremismo é exageradamente verificado até 1964, quando temas como a reforma agrária, crise social e política, Igreja e sociedade, cristianismo, reformas de bases, comunismo e anticomunismo, entre outros, frequentemente entravam na pauta daquele periódico.

Podemos afirmar que no início da década de 1960, setores tidos como conservadores e de direita da IPB, estavam empenhados na manutenção do *status quo* (a aceitação das posições e condições sociais dentro e fora da Igreja). Apresentam-se preocupados e amedrontados com o crescente avanço comunista nas Igrejas e com a possibilidade de concretização das reformas de bases. E responsabilizavam os defensores do Evangelho Social por divulgarem tais ideias e reformas. As discussões acerca das reformas de bases no interior da IPB eram constantemente combatidas por este grupo: “aquilo que se convencionou chamar de poder espiritual... anda agora metendo o bedelho em reformas agrárias, tributárias econômicas, administrativas e que mais reforma exista, sem se dar conta que a esfera desse poder é outra” (BRASIL PRESBITERIANO, outubro, 1963: 01).

Feito este caminho, compreendemos ainda mais que a complexidade desses embates não nos permite realizarmos uma abordagem isolada dos conflitos presentes no Brasil naquele momento. Eles estão imbricados, misturados. Como já temos apontado em grande medida ao longo do texto, não podemos perder de vista que a intensificação desses conflitos na IPB encontra-se entrelaçada com o momento político em que vivenciava o Brasil, no período por nós abordado. Nesse sentido, dois aspectos se apresentam como fundamentais e intimamente ligados: as propostas de mudanças que permeiam esse início de década, e os esforços realizados por parte dos segmentos, principalmente, mais conservadores da sociedade em manter o *status quo*.

Um artigo que em muito nos ajuda a construir um entendimento sobre este aspecto é o da Vasni de Almeida. Ela faz referências aos metodistas e suas relações com o golpe militar de 1964. Mesmo pensando outro grupo de evangélicos, podemos

estabelecer algumas conexões com o vivenciado pela IPB entre 1962 a 1964. Pois ela entende, que

não podemos focar o comportamento dos metodistas quanto ao golpe senão pelas posturas anunciadas no campo da polarização mudança/conservadorismo, tão em voga no período... É no embate conservadorismo/mudanças que encontramos a chave enunciativa das atitudes desses evangélicos quanto à rejeição ou adesão ao golpe. As vozes que ecoaram no meio revelam tendências... Alguns compreenderam o golpe como um retrocesso, outros como alternativa à crise (ALMEIDA, 2009: 54-55).

Ora, essas tendências, esses conflitos permearam fortemente a IPB não apenas durante o golpe civil-militar. Podemos assim afirmar que esses embates parecem se intensificar a partir 1962. Essa intensificação influencia e é influenciada mutuamente pelos conflitos presentes em outros grupos sociais. Trata-se mesmo de uma complexa relação. Mistura-se, homogeniza-se. Baseando-se em grande medida no que pensa Moniz Bandeira sobre as forças conservadoras em relação ao golpe de 1964, Vasni Almeida afirma

que as classes médias conservadoras se aglutinaram para explicitar sua fúria contra as reformas. Estrategicamente, o discurso conservador das entidades antirreformistas não mirava o presidente e nem as propostas reformistas, pois as mesmas eram bem recebidas pelas populações pobres, mas se voltava para o sentimento religioso dos brasileiros... Sutilmente, os conservadores desviavam o foco de suas investidas, ao alardearem que as reformas não chegavam a ser um problema, mas sim o comunismo embutido em seus princípios (ALMEIDA, 2009: 57).

Com esta citação, a autora procura estabelecer aproximações/homogeneizações com o conservadorismo de um importante segmento religioso na IPB. O conservadorismo presente na IPB não tem uma natureza e/ou uma explicação divina, extraterrena, como procurava afirmar seus representantes, ele encontra-se em sintonia com uma racionalidade que permeia vários grupos sociais no Brasil⁹. É esta sintonia que a aproxima dos militares em apoio ao golpe de 1964. Comprometimento que de uma maneira apressada podemos afirmar que se estende ao longo do regime militar.

⁹ É importante esclarecer à necessidade de se pensar em outro momento, a complexidade dos discursos e práticas que constrói esse conservadorismo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Vasni de. *Os metodistas e o golpe militar de 1964*. Revista Estudos de Religião, v. 23, n. 37, pp. 54-68, jul./dez. 2009.

ALVES, Rubem. *Religião e Repressão*. São Paulo: Ática, 1982.

BERGSON, Henri. *Memória e vida*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOLLI, Willi. *Um painel com milhares de lâmpadas: metrópolie & megacidade* IN BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BRITO, Lucelmo Lacerda. *Medellín e Puebla: epicentro do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina*. Revista Espaço Acadêmico, n. 111, agosto, 2010.

CALVINO, João. *As Institutas: edição clássica*. Trad. Waldyr Carvalho Luz. 2ª edição. São Paulo: editora Cultura Cristã, 2006, vol. IV.

CÉSAR, Waldo. *Sociólogo relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileira nos anos 60*. Revista Ultimato, ano XL, n. 305, Viçosa, março-abril, 2007, pp. 51-52.

Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Recife, 22/29 de julho, 1962.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972 a 1999*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

Digesto Presbiteriano. Resoluções do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil e da sua Comissão Executiva 1961-1970. Casa Editora Presbiteriana.

Entrevista de Francisco Julião ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1982,

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

JÚNIOR, Arnaldo Érico Huff. *Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa*. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, ano II, n. 04, Mai. 2009.

Jornal Brasil Presbiteriano

LOWY, Michael. *As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação* IN

LOWY, Michael. *O catolicismo latino-americano radicalizado*. Revista Estudos Avançados, v. 03, n. 05, SP. Jan./Abr. 1982, pp. 50-59.

LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 57.

MATTOS, Domício Pereira. *Posição social da Igreja*. 2º edição. Rio de Janeiro: editora Praia, 1965.

NOGUEIRA, Alcides. *O “evangelho social” e a igreja de Cristo*. Rio de Janeiro: editora Casa Publicadora Batista, 1965. Sobre esse embate ver SILVA, Elizete da. *Protestantismo e questões sociais*. Revista Sitientibus, Feira de Santana, n. 14, 1996, pp. 129-142.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco e(1959-1964)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Elizete. *Protestantismo e questões sociais*. Revista Sitienbus, Feira de Santana, n. 14, pp.129-142, 1996.